

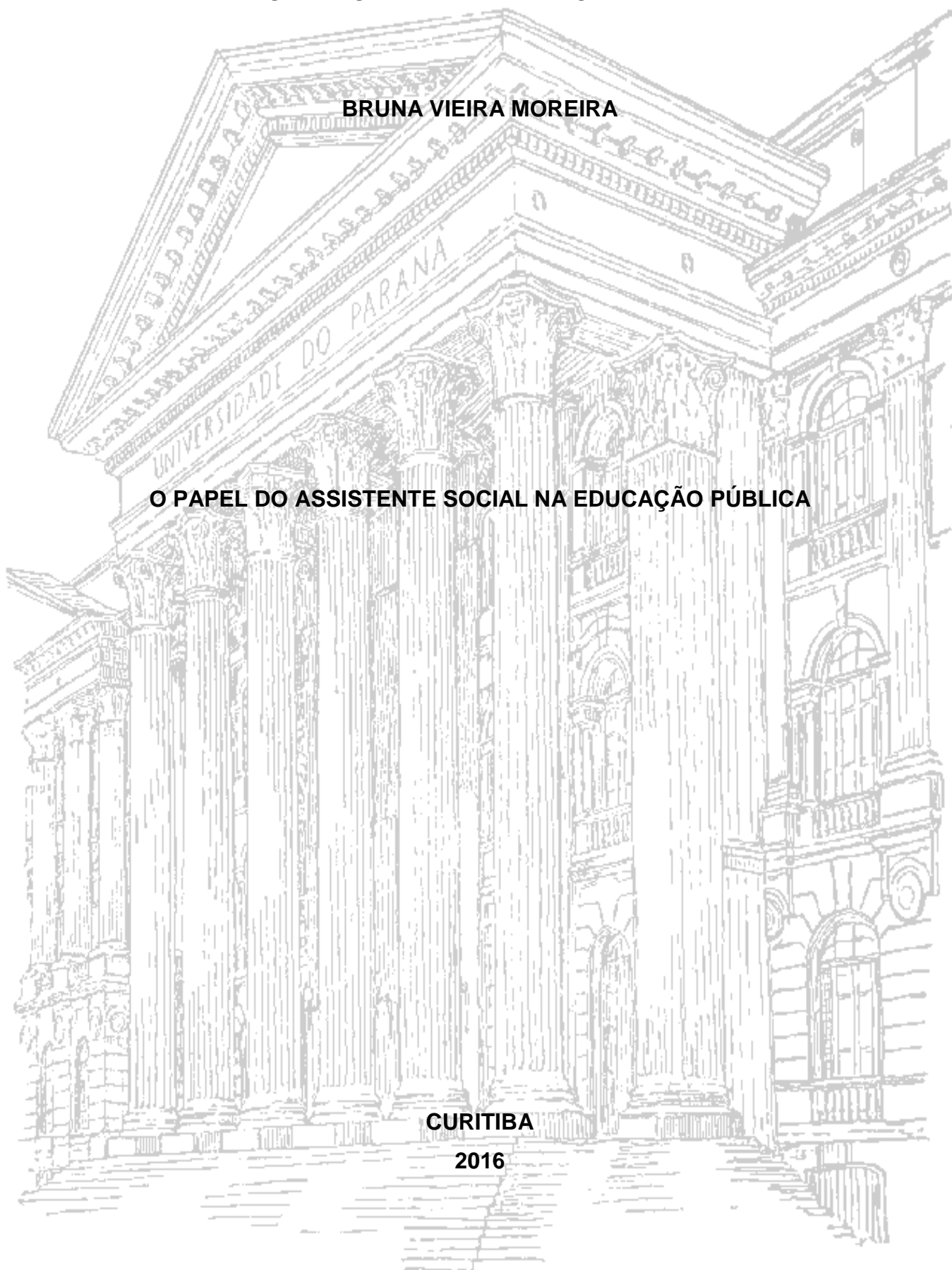
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNA VIEIRA MOREIRA

O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

CURITIBA

2016



BRUNA VIEIRA MOREIRA

O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Soczek

CURITIBA

2016

O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Bruna Vieira Moreira

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade abordar o papel do assistente social na educação pública diante de um contexto neoliberal e desvelar como o profissional de serviço social poderá desenvolver o seu trabalho no campo educacional, com vista à emancipação social remetendo-se ao pensamento de Gramsci na Educação. Para abordar sobre o contexto neoliberal fundamentou-se em autores como Cruz (2013), Medeiros e Saikkonen (2013). Martins (2012), contribui para elucidar o pensamento de Gramsci na Educação e os autores Almeida (2003), Santos (2012) e Carnelossi (2015), ajudaram esclarecer quais as ações o assistente social que trabalha na educação poderá desempenhar e aponta para atividade que contradiz com o Código de Ética do Serviço Social como o acompanhamento ao (des) cumprimento do Programa Bolsa Família. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, em que as reflexões indicam que o assistente social poderá desenvolver ações com outros profissionais que trabalham no campo educacional, oportunizando e mobilizando a sociedade para participar dos espaços de decisões, principalmente no âmbito escolar.

Palavras-chave: Assistente Social. Política de Educação. Contexto Neoliberal.

1. INTRODUÇÃO

A Política de Educação é um campo que requer o trabalho conjunto de vários profissionais dentre os quais destacamos neste artigo o profissional de serviço social.

O assistente social tem um direcionamento a favor da classe trabalhadora e seu trabalho visa a garantia dos direitos e ampliação da cidadania. Esta afirmativa corrobora com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais – Resolução CFESS nº 273/93 de 13 março 1993.

A Educação Pública é um espaço onde o profissional poderá trabalhar para desenvolver o senso crítico dos alunos e das famílias visando a garantia de seus direitos. Por isso, este artigo tem como objetivo abordar o papel do assistente social na Educação Pública fundamentado no pensamento de Gramsci.

De acordo com o pensamento gramsciano a escola é o local propício para se trabalhar o conceito de cidadania das classes subalternar e com isso conseguir atingir a contra hegemonia.

Neste sentido o profissional de serviço social poderá contribuir com o senso crítico dos alunos, das famílias para que seja possível exercer sua cidadania direcionada para a construção de uma sociedade emancipada.

Na perspectiva do neoliberalismo a educação tem como objetivo qualificar o aluno e prepará-lo para o mercado de trabalho, ou seja, corresponder a demanda do sistema capitalista. Mas é preciso pensar a educação em uma perspectiva mais ampla, ou seja, para além de uma ideologia de mercado, é necessário utilizar o espaço educacional como uma ferramenta de trabalho com a sociedade no sentido de despertar o senso crítico, bem como o exercício da cidadania, vislumbrando a garantia de Educação Pública com qualidade.

Entretanto, não podemos deixar de considerar que o neoliberalismo tem reduzido muitos direitos conquistados, tanto na área da educação como em outras áreas, pois o pensamento neoliberal é de minimizar os direitos sociais e maximizar o capital, ou seja, reduzir os direitos.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo está organizado da seguinte forma. A primeira parte trata da Política de Educação e a implicação do neoliberalismo, a segunda parte versará o pensamento de Gramsci na educação e a terceira parte apresenta a atuação do assistente social na Educação Pública. Finalizaremos apontando que o assistente social juntamente com outros profissionais poderá desenvolver ações que possibilita a sociedade participar dos espaços de decisões no que diz respeito ao âmbito escolar. Visando atingir uma sociedade emancipada que exerça seus direitos.

2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E O IMPACTO DO NEOLIBERALISMO

Segundo Cruz (2013), a educação no Brasil iniciou-se sob bases elitistas e classistas com cunho religioso com acesso restrito. Assim, o autor faz referência à

Silva e Mazzuco (2005), em que afirmam que a educação no período imperial tinha uma relação com o trabalho, contudo o objetivo não era a qualificação para o mercado de trabalho, mas apenas visavam a formação das elites rurais e com isso era possível distinguir o trabalho intelectual do manual. Neste sentido, adentrando no século XX, a educação possui a mesma ideologia do período imperialista, mas passa por modificações a partir das décadas seguintes.

Segundo Medeiros e Saikkonen (2013), nos anos de 1970, ocorreram mudanças estruturais no mundo do trabalho e na função do Estado, ocasionada pela crise do capital, o que possibilitou observar os reflexos dessas alterações no modelo de proteção social, bem como na configuração das políticas públicas, ocasionadas pelo neoliberalismo.

Segundo Martins (2012), no final do século XIX, a educação passa a ser prioridade na conjuntura internacional, em que a partir de 1990, ocorreram diversos eventos mundiais frisando a posição estratégica da educação, visto que o interesse era responder a necessidade de qualificação do trabalho e possibilitar aos países pobres a inserção no mundo do trabalho.

Assim, com as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, devido as transformações do processo de produção, visava-se a flexibilização e acumulação, por meio do controle da força de trabalho, exigindo mudança na formação profissional. (MARTINS, 2012, p.91).

O que nota-se a partir da década de 1990 é a maior preocupação em um sistema de ensino direcionado para a manutenção do sistema capitalista, do que para um processo de ensino- aprendizagem sob uma concepção de transformação social, e para uma formação de cidadãos e cidadãs conscientes dos seus direitos. (MEDEIROS; SAIKKONEN, 2013, p. 4).

Neste sentido é válido enfatizar que a influência neoliberal na educação demonstrou que o interesse está pautado no capital, em que o conhecimento torna-se instrumento do processo produtivo, visando a produção e o lucro para o capital, ou seja a educação se resume em formar cidadão para o mercado de trabalho. Assim é importante refletir como a educação está sendo configurada no contexto neoliberal.

Segundo Medeiros e Saikkonen (2013) é de fundamental importância analisar os rebatimentos do ideário neoliberal na educação, pois a lógica do capital tem ocasionado modificações sociais e levado a vários resultados decadentes, como a redução da oferta no mercado de trabalho, desemprego estrutural, que incidem sobre o acirramento das expressões da questão social. Dessa maneira, a política de educação brasileira afinada com a política econômica, sofre consequências do pensamento neoliberal, definindo pressupostos da educação, principalmente nos países de economia dependente, como o Brasil.

De acordo com Martins (2012), a proposta neoliberal no âmbito da educação é de que a formação seja extinta da esfera do direito e passe a ser uma mercadoria de aquisição individual mediante o interesse e capacidade de cada um, resultando na disputa de inserção no mercado de trabalho.

Outro aspecto, são as mudanças no próprio campo da política educacional, resultantes do processo de contrarreforma do Estado, em que este passa a ter uma função mínima mais na regulação da economia “transferindo” parte da sua responsabilidade para o mercado e a sociedade civil (BEHRING, 2008). O Estado, por sua vez, com a mudança no seu perfil, vai refletir no campo educacional. (MEDEIROS; SAIKKONEN, 2013, p.4).

Destarte, o Estado transfere sua responsabilidade para a sociedade civil e para o mercado. Outrossim a educação que é uma Política Pública, torna-se um direito gerido não apenas por aquele que deve garantir, mas também é ofertada mediante o interesse do mercado e aquilo que é público passa a ser mercantilizado. Portanto, temos o serviço público realizando pelo privado.

Para reforçar as discussões trazidas pelos autores supracitados sobre os impactos que o neoliberalismo veem provocando desde a década de 1970 é válido fazer uma breve discussão da conjuntura atual do Brasil.

A Proposta de Emenda Constitucional 241 (atual 55) ou PEC do Teto de Gastos, propõe congelar durante 20 anos despesas na área da saúde, educação, assistência social e Previdência, ou seja é possível perceber um Estado com um posicionamento neoliberalista, com mínimo ou nenhum investimento em Políticas Públicas, dentre elas a Educação.

A APP Sindicato publica no seu site por meio do link <http://appsindicato.org.br/index.php/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-pec-241/>,

informações que buscam conscientizar a população para os acontecimentos da atualidade. As informações contidas no site demonstram que a PEC ainda está em processo de aprovação, mas caso seja aprovada, haverá um desmonte muito grande não apenas na Política de Educação, mas em outras Políticas Sociais. A justificativa do atual Presidente Michel Temer é de que cortando os gastos em Políticas Sociais será possível conter a dívida pública e alavancar o crescimento econômico.

Portanto, o Estado neoliberal vem acirrando cada vez mais os direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988 e decisões como estas demonstram que o neoliberalismo ainda permanece presente nos dias atuais.

3. O PENSAMENTO GRAMSCIANO NA EDUCAÇÃO

Segundo Martins (2012), a educação pode ser entendida como um instrumento social, uma vez que o processo de conhecimento torna-se necessário ao homem em sua relação com a natureza e com outros homens. Possibilita o desenvolvimento de uma cultura de contra-hegemonia, pois o processo de conhecimento propicia ao homem exercer uma nova direção política e cultural.

De acordo com o pensamento de gramsciano, o esclarecimento do exercício de direitos e deveres são essências no conceito de cidadania e devem passar impreterivelmente pelo contexto educacional.

Para Simionatto (2004), Gramsci parte do entendimento de que a educação deve trabalhar a favor das classes subalternas para que seja possível a construção de um projeto revolucionário. Para ele toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, em que é necessário perceber a educação como instrumento de luta e considerar que através dela é possível a construção de um bloco histórico direcionado pela classe trabalhadora.

Partindo dessa ótica, Semeraro (2006) salienta que de acordo com o pensamento de Gramsci, para compreender o processo das contradições da sociedade é necessário à inserção ativa nos embates hegemônicos. Por isso, chama a atenção que há uma linha tênue entre intelectuais, política e classe social, mostrando que a filosofia, bem como a educação, devem tornar-se uma prática política para continuar a ser filosofia e educação.

Portanto, não podemos deixar de considerar a importância do intelectual orgânico nos embates hegemônicos. Assim a autora destaca que Gramsci afirma que os intelectuais estão entrelaçados nas relações sociais, uma vez que fazem parte de um grupo social, ligado a um determinado modo de produção. Portanto, “toda a aglutinação em torno de um processo econômico precisa dos seus intelectuais para se apresentar também com um projeto específico de sociedade” (SEMERARO, 2006, p. 377).

A educação tem hoje um papel fundamental para a promoção ao conhecimento, pois o acesso a esta pode possibilitar a autonomia dos sujeitos sociais, buscando sempre o compromisso fundamental de fazer desta um espaço de lutas e conquistas para que sejam garantidos os direitos dos cidadãos. (CRUZ; SANTANA, 2013, p.3).

Outrossim, Martins(2012) evidencia que a educação pode possibilitar a formação de uma sociedade autocrítica capaz de se autorregular e prover suas próprias necessidades a favor não apenas de uma educação de cunho humanista, mas fundamentada no mundo do trabalho e concretizada na prática social, neste sentido, para Gramsci o homem estaria mais próximo da liberdade.

Gramsci ao contrário de outros pensadores marxistas, não reconhece a escola apenas como reprodutora dos valores norteados pelo sistema capitalista, mas visualiza na escola a possibilidade de utilizar o mesmo instrumento no sentido de elevar o nível cultural das massas, pois mesmo que a escola utiliza-se da reflexão da ideologia dominante, ela não deixa ser um veículo que dissemina conhecimento e ideologias. Portanto Gramsci percebe a possibilidade de intervenção.

Martins (2012), afirma que para Gramsci a classe dominante fundamenta-se em mecanismos instituídos em organizações sociais da sociedade civil, para dominação das classes subalternas. Assim, compreende que também é possível que uma nova ideologia dissemine o interesse das classes subalternas, resultando em um instrumento para o benefício dessa classe. Dessa forma, por consequência do esclarecimento cultural e educacional das grandes massas, não se pode negar que haveria transformação na ordem social, pois saberiam o seu papel e

importância, e com isso a classe subalterna estaria apta para apropriar-se da dominação.

Gramsci parte do entendimento que a educação deve ultrapassar o conhecimento da ciência e das técnicas produtivas, com a finalidade de proporcionar meios para a reflexão crítica do indivíduo a cerca das forças sociais que o envolvem. Neste sentido, a educação atingiria a supremacia, em que sua função seria de operacionalizar o indivíduo para o exercício de sua cidadania, para que seja possível assumir uma postura não como expectador ou objeto manipulatório, mas como participante dos acontecimentos sociais e com poder de decisões sobre estes fatos.

Democratizar as relações de poder dentro da escola é uma atividade de participação, é um processo importante para instigar a consciência crítica e participativa das famílias, que na maioria das vezes são subalternizadas pela situação social, bem como de dominação cultural imposta pela sociedade. (MARTINS, 2012, p.160).

Para Martins (2012), no conceito gramsciano todos os homens são intelectuais, em diversos graus e toda a instituição seja ela, política, religiosa, industrial, é uma escola, portanto refletir a educação é ir além das instituições.

Portanto, para que ocorra a contra hegemonia é inevitável a necessidade de transformação das instituições da sociedade civil, ou seja, um consenso ideológico que desenvolva uma nova cultura do proletariado e para proletariado.

4 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O assistente social tem um papel de grande importância na Política de Educação, visto que a profissão tem um direcionamento a favor da garantia dos direitos sociais, ampliação e consolidação da cidadania, conforme estabelecido nos princípios do Código de Ética do Serviço Social.

É importante destacar que segundo Almeida (2003) a profissão ao longo dos anos teve avanços e acúmulos teóricos em torno das políticas sociais, sendo o principal campo de atuação dos assistentes sociais, em que serviu como alicerce intelectual para a inserção do assistente social na área da educação, não com uma visão de ampliação do mercado de trabalho, mas com um pensamento de natureza política e profissional sobre o papel do assistente social em relação às estratégias de luta, visando à conquista da cidadania, por meio da defesa dos direitos sociais.

De acordo com a autora a política educacional no serviço social tem uma visão teórica e política de forma diferenciada trilhado em três direções. A primeira está pautada no significado das transformações no campo do trabalho e da cultura e sua dimensão estratégica para a atuação do serviço social. A segunda direciona o serviço social vinculado com a educação superior, a partir das produções da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Já a terceira está relacionada ao resgate das experiências profissionais, principalmente dos trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais- CBAS.

Segundo Almeida (2003) um dos motivos que tem demandado a presença do assistente social na Política de Educação são as refrações da questão social que se manifestam no cotidiano escolar.

A contribuição do fazer profissional do serviço social aos profissionais da Educação é no sentido de auxiliar e facilitar o enfrentamento de questões sociais, as quais dificultam na aprendizagem do aluno, tais como violência, infrequencia na escola, drogadição, desvenças familiares, entre outras questões. (SANTOS, 2012, p.127).

Almeida (2003) destaca outro motivo que tem demandado a presença dos assistentes sociais no campo educacional são as tendências das políticas governamentais voltadas para o enfrentamento da pobreza e para a garantia de renda mínima, em que reforça a inserção e a participação das crianças e das famílias no ensino fundamental, a exemplo o Programa Bolsa Família.

Neste sentido Carnellosi (2015), chama a atenção do conflito que ocorre entre a visão focalista e condicional do Programa Bolsa Família e os princípios do Código de Ética do Serviço Social. A lógica é de que o beneficiário ao receber um determinado valor tenha condições de caminhar rumo à superação individual da sua situação de pobreza, pautado na lógica da autorresponsabilização, ou seja, coloque-se a pobreza no plano da moral. “Neste caso, existe uma premissa de que pais pobres são, de alguma forma, culpados se seus filhos não vão à escola ou ao médico”(CARNELOSSI, 2015, p. 131).

Destarte, ressalta que os Programas de Transferências de Renda que estão pautados na focalização nas condicionalidades apresentam critérios e penalidades, controles, regras e mecanismos próprios do programa.

Diante disso, as atividades já são estabelecidas pela instituição, em que coloca para o serviço social ações burocratizadas, tecnicistas e focalizadas, em que o profissional necessita gerir transferência de renda e controlar o (des) cumprimento de condicionalidades.

Nesta direção, a prática dos assistentes sociais desenvolvidas neste viés distancia-se dos valores estabelecidos no Código de Ética Profissional, visto que o Código segue o princípio da recusa da arbitrariedade e do autoritarismo.

Portanto, no que diz respeito ao (des) cumprimento das condicionalidades a autora salienta que o profissional não pode confundir seu trabalho com o de polícia, sendo necessário a recusa de tais atribuições e um posicionamento pautado na ética.

Pois de acordo com o artigo 4º, alínea c, do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais é vedado ao assistente social acatar determinação institucional que contradiz com os princípios e diretrizes do Código.

Ademais, segundo Almeida (2003) o profissional de serviço social também executa ações relacionadas à concessão de bolsas, em que realiza definição de critérios de seleção institucional, além de elaborar diagnóstico populacional visando a ampliação da capacidade de cobertura institucional, também organiza e mobiliza grupos sociais na direção da garantia do acesso a educação, visando a permanência da população no âmbito educacional.

Neste sentido é importante desenvolver um trabalho intersetorial no sentido de mobilizar a rede de proteção social local, como os serviços de saúde, transporte, conselhos municipais, entre outros. Estas ações possibilita o encaminhamento para o atendimento na rede de serviços, bem como a inclusão em programas sociais.

Neste contexto, Ferrari e Tavares (2015), destaca que o trabalho em rede propicia um novo modelo de gestão das políticas públicas, em que aqueles que são atendidos pela rede de serviço do município têm a oportunidade de receber mediante a atuação de cada componente da rede um trabalho articulado, com a finalidade de visar à integralidade, superando a fragmentação das ações, resultado no fortalecimento do sujeito.

Portanto, para um trabalho em rede é necessário a criação de um espaço de articulação e ampliação de debates entre os profissionais que executam as políticas públicas, bem como seus respectivos serviços e programas, em que os objetivos e as ações sejam compartilhados.

Neste sentido, além da importância do trabalho em rede, também não podemos deixar de considerar o trabalho multidisciplinar na rede pública de educação. Assim, de acordo com Almeida (2013), visando a qualidade dos serviços prestados, o assistente social e a equipe multidisciplinar podem realizar atividades que contemplem assuntos voltados para a discussão dos problemas sociais e educacionais, alicerçada na luta pela conquista e ampliação da cidadania, sendo a centralidade das ações.

Dentre as atribuições do assistente social, encontra-se a tarefa de lutar pela participação social, emancipação, autonomia (ética, moral, cultural), desenvolvimento dos sujeitos sociais e, principalmente, pela ampliação dos direitos sociais e da cidadania, investindo assim nas potencialidades dos usuários, caminhando sempre na busca da liberdade política, econômica e cultural. (SANTOS, 2012, p. 126)

O papel educativo do assistente social é esclarecer, tornar visível a realidade social, socializando informações para que seja possível a população ter uma visão crítica, no sentido de contribuir com a mobilização social para que reivindiquem seus direitos. MARTINS, 2012, p.154)

Para Martinelli (1998) apud Santos (2012), o Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar a consciência, de possibilitar discussões novas, desenvolver um trabalho voltado as relações interpessoais e grupais, além de ações que promovam o acesso e a permanência escolar, visando a qualidade do serviço. (SANTOS, 2012, p. 126).

Segundo Almeida (2003) as atividades visam o fortalecimento das propostas e ações de viés participativo e gestão democrática da população na área da educação. Essas atividades realizadas em conjunto com a segmentos sociais como grêmios estudantis, sindicatos, associações de pais e moradores podem fortalecer o processo de organização e mobilizações sociais no campo educacional.

Para que os interesses dos usuários sejam evidenciados, cabe ao assistente social na busca da ampliação dos direitos, incentivar a participação da comunidade escolar, fortalecendo e criando condições para que a comunidade se reúna e exerça

o poder coletivo, nos espaços de decisões presentes no âmbito escolar, mas que necessitam ser otimizado. (MARTINS, 2012, p. 158).

Neste sentido para contribuir com a discussão, vale fazer menção do trabalho escrito por Abranches (2012), com o título: O trabalho do Serviço Social na Educação: democratizando as relações pela conquista da cidadania.

Em seu trabalho, Abranches (2012), apresenta a experiência que teve como Assistente Social na área de educação pública, a qual fazia parte da equipe interdisciplinar de Educação Comunitária. Explica que o objetivo era realizar o atendimento social em escolas municipais e também a integração entre a escola e a comunidade. O Assistente social desenvolvia a reflexão com a comunidade para que percebesse a importância de ocupar espaço social e político, visto que lhe é de direito. Ademais, realizava um trabalho de orientação e capacitação no sentido de despertar a comunidade para garantir voz ativa no processo de reivindicação e decisão da Política de Educação.

A autora, explica que também desenvolveu ações no Projeto Colegiado Escolar coordenado pelo Serviço Social o qual tinha como objetivo a implantação dos colegiados escolares em Escolas Públicas Municipais e o acompanhamento. Assim, para acompanhar os resultados do colegiado eram realizadas reuniões frequentes com os representantes das comunidades além da participação mensal como observador das reuniões. Ressalta que o trabalho de preparação e acompanhamento dos representantes comunitários que participavam do colegiado possibilitava o acesso as informações que servia como base para a construção de seus conceitos e opiniões, contribuindo com a elaboração de suas próprias estratégias de participação.

Portanto esta experiência demonstra que o assistente social desenvolveu um papel de mediador para a formação política e social dos representantes da comunidade, visando a mobilização social e o acompanhamento dos processos de participação nas escolas, direcionado na autonomia e empoderamento da comunidade.

Neste sentido, cabe ao profissional de serviço social oportunizar mecanismos que viabilize a inserção democrática nos processos de debates públicos, além de oferecer mecanismos que contribua com o exercício da cidadania dos pais, alunos e da comunidade em geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou trazer em discussão o papel do assistente social na Educação Pública.

Para isso, foram evidenciados os impactos do neoliberalismo na Política de Educação. A partir de 1990, em resposta a neoliberalismo, a Política de Educação passou por profundas modificações, principalmente no âmbito do direito, em que o Estado transfere a responsabilidade para a sociedade e para o mercado. Outrossim, a proposta neoliberal no contexto educacional não é formar cidadãos com senso crítico, mas prepará-los para o mercado de trabalho. Portanto o interesse é unicamente a manutenção do sistema capitalista.

Neste sentido, o presente artigo buscou trazer autores que vislumbraram como o profissional de serviço social poderá desenvolver seu papel no âmbito escolar, visto que este profissional trabalha na defesa da garantia dos direitos e a favor da classe subalterna. Para tanto, buscou-se fundamentar no pensamento de Gramsci, no sentido de encontrar elementos que direcione o papel do serviço social na Educação Pública.

Para Gramsci a escola é vista como um veículo de conhecimento e é neste espaço que se tem a possibilidade de trabalhar o conceito de cidadania, para que seja possível atingir um nível cultural elevado da classe subalterna, visando a construção de um projeto revolucionário, de um novo bloco histórico coordenado por esta classe. Neste sentido, é de fundamental importância a presença do intelectual orgânico nos embates hegemônicos, pois o intelectual está ligado algum direcionamento que implica em mudanças na sociedade.

Portanto, é possível considerar que o assistente social é um intelectual orgânico, pois ele trabalha em prol de uma classe social e suas ações estão pautadas em criar mecanismos para que esta classe exerça a cidadania o senso crítico e tenha condições de exercer uma nova direção política e cultural.

Sendo assim, diante do contexto neoliberal a escola é vista como um espaço de formação para o mercado de trabalho, entretanto não podemos deixar de considerar que a escola é mais que isso, ela é um importante veículo que dissemina conhecimento e ideologias.

Assim, este trabalho aponta as ações do assistente social na Educação Pública, bem como a importância do trabalho multidisciplinar e a articulação em

rede. Sendo que o principal objetivo é possibilitar que a sociedade participe dos espaços de decisões do âmbito escolar.

Ademais, esta pesquisa apontou que o assistente social na Educação Pública tem sido requisitado para trabalhar com o acompanhamento do (des) cumprimento da condicionalidade do Programa Bolsa Família, entretanto esta prática necessita ser rompida, visto que contradiz com os princípios do Código de Ética Profissional. Portanto temos aí um desafio que necessita ser superado.

Diante disso, conclui-se que o assistente social que trabalha na Educação Pública possui uma ferramenta, em que manuseada de forma correta, poderá contribuir para a construção da emancipação social.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **O Trabalho do Serviço Social na Educação: Democratizando as Relações pela conquista da cidadania**. Conselho Regional de Serviço Social – 6º Região, Minas Gerais, 2012. Disponível em: http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico_social_educacao.pdf. Acesso em: 02 novem. 2016.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação**. I Encontro de Assistentes Social na área de Educação. Belo Horizonte. 2003.

APP SIDICATO. **Entenda o que está e jogo com a PEC 241**. Curitiba, out. 2016. Disponível em <http://appsindicato.org.br/index.php/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-pec-241/>. Acesso em 29 nov. 2016.

CARNELOSSI, Bruna. **O trabalho do Assistente Social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 125, p. 124-147 jan/abril 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Resolução n.273, de 13 de março de 1993. Publicado no Diário oficial da União, Brasília, 30 mar. 1993. Brasília: CFESS, 1997.

CRUZ, Tatiane, Oliveira; SANTANA, Elaine Farias. (Orgs) **Uma análise sobre a atuação do (a) assistente social na Educação: notas para o debate**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2013.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 121, p. 7-31 jan/março 2015.

FERRARI, Anne Karoline; TAVARES, Gilead Marchezi. **A aposta na tessitura de redes como inovação do trabalho no campo sociojurídico**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 125, p. 101-123 jan/abril 2016.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e serviço social elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Unesp, 2012.

MEDEIROS, Jaqueline Daiane da Silva; SAIKKONEN, Juliana Neves. **Serviço Social na Educação: algumas aproximações**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2013.

SANTOS, Nelma Souza dos. **Serviço Social e Educação: contribuições do assistente social na Escola**. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI. Vol 8, nº 15, p.124-134, Outubro/2012.

SEMERO, Giovanni. **Intelectuais “orgânicos” em tempos de Pós-modernidade**. Caderno Cedes, Campinas. Vol 26, p. 373- 391, set/dez 2006.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.